

GETÚLIO VARGAS E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO BRASIL POTÊNCIA INDUSTRIAL NA MEMÓRIA NACIONAL COLETIVA

GETÚLIO VARGAS AND THE CONSTRUCTION OF THE OF IMAGE OF BRAZIL AS AN INDUSTRIAL POWER

Carla Fernanda da Silva¹

RESUMO

Este estudo examina a propaganda política durante o regime do Estado Novo (1937-1945) sob a liderança de Getúlio Vargas, destacando a construção da memória econômica e a promoção da industrialização como pilares do projeto nacional. Utilizando como referências o *Cine Jornal Brasileiro* e a revista *Cultura Política*, a pesquisa analisa como essas ferramentas foram cruciais para projetar uma imagem de modernização e unidade nacional.

Palavras-chave: Propaganda Política. Industrialização. Modernização.

ABSTRACT

This study examines political propaganda during the Estado Novo regime (1937–1945) under the leadership of Getúlio Vargas, highlighting the construction of economic memory and the promotion of industrialization as key pillars of the national project. Using the *Cine Jornal Brasileiro* and the magazine *Cultura Política* as references, the research analyzes how these tools were crucial in projecting an image of modernization and national unity.

Keywords: Political Propaganda. Industrialization. Modernization.

INTRODUÇÃO

A provocação inicial para este artigo veio de uma pesquisa de opinião, em formato de entrevista, realizada em dois momentos: no início dos anos 2000 e replicada em 2024. Essa abordagem permitiu uma comparação entre dois períodos, separados por mais de duas décadas, sobre as percepções coletivas em relação aos governos de Vargas. A entrevista focou nos governos Vargas entre os anos de 1930 e 1945. Contudo, é importante notar que a memória coletiva, muitas vezes, une os diferentes períodos dos governos Vargas, não diferenciando as características entre os anos de 1930 e 1945 e os de 1951 a 1954, o chamado segundo governo. Essa lembrança agregada frequentemente entrelaça os aspectos

¹Doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP; Economista na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: lacarlasilva@gmail.com.

do governo ditatorial com os do governo trabalhista, tornando complexa a análise das opiniões públicas.

O historiador Boris Fausto (1999), por exemplo, destaca que o Estado Novo exerce um fascínio que pode ser creditado ao seu caráter multifacetado, que censura e reprime, por um lado, e promove a cultura, as artes, os direitos civis e o desenvolvimento econômico, por outro. Para Diniz (1999), o Vargas do Estado Novo aparece como um político dominador, com forte ambição de poder; já o Vargas dos anos 1950 tem uma capacidade de comunicação direta com os agentes populares e assume o papel de líder trabalhista à frente de um movimento nacionalista e popular.

Os resultados da pesquisa revelam uma continuidade na percepção das pessoas em relação à importância da industrialização nos períodos dos governos Vargas. Ao responder à pergunta “Qual setor econômico foi o mais beneficiado na Era Vargas?”, a maioria das pessoas destacou a indústria e a siderurgia, com 78,6% das respostas no início dos anos 2000 e 76,7% em 2024. Já o café foi mencionado por 15% no início dos anos 2000 e 20% em 2024. Esses dados mostram que, embora o café tenha um papel importante na história econômica do Brasil, tanto na Era Vargas quanto em períodos anteriores, a indústria continua sendo vista como o setor mais beneficiado na memória coletiva, reforçando sua relevância.

A industrialização ganhou relevância nas interpretações, discursos e memórias ao longo do século XX no Brasil. Na academia, os anos 1930 foram interpretados como um período de ruptura. A historiografia econômica brasileira fundamentou sua análise na transformação de uma economia colonial ou primário-exportadora em uma economia de bases urbanas e industriais e problematizou, de um lado, a industrialização como base para o desenvolvimento e, de outro, a constituição do capitalismo no Brasil. Ambas as correntes buscaram propor políticas de desenvolvimento que permitissem superar o estágio primário-exportador da economia brasileira, impulsionar a industrialização e assegurar o aumento do padrão de vida do conjunto da população. Na memória coletiva, ficou registrada a imagem de um país que se industrializava e de um governo que atendia às demandas sociais, fixando a ideia de relação direta entre Estado forte e autoritário e crescimento econômico.

Entendemos que a memória nacional coletiva é fruto de um trabalho consistente de enquadramento da memória realizado pelo Estado, processo no qual a propaganda política teve papel fundamental. No âmbito da industrialização, os registros e a divulgação das

ações do governo, nas formas de imagem e narrativa, centralizadas por um grande projeto de comunicação de massa, criaram a própria imagem de um Estado grandioso, próspero e legítimo. Ao mesmo tempo, produziram também a associação — invocada pela memória coletiva — entre autoritarismo e crescimento econômico como algo natural, esperado e indispensável.

Nesse sentido, nossa hipótese de trabalho é que a propaganda política dos governos de Getúlio Vargas, em especial da ditadura do Estado Novo, foi fundamental no trabalho de enquadramento da memória nacional coletiva em relação ao processo de industrialização. Existiu um esforço deliberado para a construção de uma certa memória, empenhado em um processo de enquadramento da memória nacional coletiva realizado por meio de um consistente e robusto aparato estatal de comunicação, engendrando um complexo sistema de propaganda política. Essa propaganda era realizada por meios de comunicação estatais e privados, todos submetidos às regras, ordens e censuras do DIP e seus correlatos antecessores.

Para analisar aspectos da propaganda política em relação ao processo de industrialização brasileira, mobilizamos como fontes de pesquisa o filme de atualidades *Cine Jornal Brasileiro – CJB* (1938–1946) e a revista *Cultura Política* (1941–1945). Como produções do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, esses instrumentos de propaganda política apresentavam não apenas os principais movimentos do governo, no sentido de construir e/ou fundar uma nova identidade nacional e um “novo” Estado brasileiro, como também fomentavam as bases das futuras interpretações daquele período — sejam elas sociológicas, históricas, culturais ou econômicas —, na medida em que apresentavam o trabalho de enquadramento da memória realizado pelo DIP. Ambas se aproximam no propósito de construção da unidade e da identidade nacionais, da imagem do regime e da memória coletiva.

O presente artigo é dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresentamos a visão de alguns autores em relação à memória e ao legado dos governos Vargas, os aspectos teóricos da construção e do enquadramento da memória nacional coletiva, e o papel da burocratização do Estado e da propaganda política. Na segunda, apresentamos a propaganda política criada e desenvolvida ao longo dos anos 1930 e 1940. Discutimos a formação do Estado interventor desde o final do século XIX, enfatizando sua relação com a construção da memória econômica e a ação intervencionista do Estado nos meios de comunicação de massa. A intervenção estatal é apresentada como

uma resposta à crise do liberalismo e como um meio de coordenação das iniciativas econômicas e sociais.

Na terceira parte, apresentamos alguns aspectos da especificidade da manifestação do capitalismo no Brasil, buscando compreender como esse fator interferiu na ação do Estado e na conformação da expressão da propaganda política e da industrialização. Por fim, nas considerações finais, resumizamos nosso argumento de que a intervenção estatal — tanto econômica quanto cultural — foi fundamental para a formação da memória coletiva em torno do Estado Novo, fundamentando a construção de um legado de industrialização e modernização que, apesar de suas contradições, moldou a percepção histórica do período.

MEMÓRIA E LEGADO: A INTENÇÃO DE FAZER HISTÓRIA

Nas palavras de Pandolfi (1999, p.11):

Analisar esse período em todas as suas dimensões significa apreender paradoxos e afastar tentações maniqueístas. Afinal, a despeito da ausência dos direitos políticos e da precariedade das liberdades civis, o regime ditatorial consolidou a ideia do Estado como agente fundamental do desenvolvimento econômico e do bem-estar social. Se a política trabalhista de Vargas permaneceu praticamente intacta até os dias de hoje, se a discussão sobre o formato do Estado e a reforma da previdência social são temas que continuam mobilizando a sociedade, não se pode negar que o Estado Novo contribuiu para reforçar a fragilidade de nossas instituições político-partidárias, para produzir um descaso pelos direitos civis e políticos e para disseminar a ideologia do anticomunismo. A crença na dicotomia entre democracia social e democracia política, na supremacia do Executivo sobre o Legislativo e da técnica sobre a política são algumas das heranças do Estado Novo que comprometem até hoje a consolidação da nossa democracia.

O trecho é uma reflexão da pesquisadora Dulce Pandolfi (1999) sobre os governos de Getúlio Vargas. Demonstra a complexidade da análise do legado dos anos 1930 e 1940, quando o mundo ocidental repensava seus modelos de administração da vida pública e coletiva, questionava o liberalismo, tentava conter o avanço do comunismo e se via envolto em um conflito mundial. Era um ambiente repleto de contradições e disputas, o qual requer do pesquisador o cuidado sintetizado pela autora.

Segundo Lúcia Lippi Oliveira (1982), o período do Estado Novo foi submetido ao esquecimento até a década de 1970. Por vezes foi apagado; em outras, encarado como um período de exceção que antecedeu a redemocratização de 1945. A autora escreveu no início dos anos 1980, quando o Estado Novo ainda estava envolto em uma “nuvem de relativo esquecimento” (Oliveira, 1982, p.7), à qual o Brasil foi submetido entre os anos de 1964 e

1985, sob o comando da ditadura civil-militar. A década de 1980 foi um momento em que o objetivo principal era a busca de um Brasil fora da escuridão de uma ditadura — e não o reforço da memória de outro período autoritário de sua história, de censura e repressão. Sendo assim, é compreensível que os historiadores dessem ênfase ao período democrático do pós-1945. Nas palavras da pesquisadora: “o espírito da redemocratização que marcou o pós-45, aparentemente, jogou uma pá de cal no período anterior, na suposição de ter sido uma época de exceção que deve ser esquecida o mais rápido possível. Nada melhor que o silêncio para garantir o esquecimento” (Oliveira, 1982, p.7).

Para Oliveira (1982), o conjunto de ideias que formavam a ideologia do regime projetava a imagem que o regime fazia da sociedade sobre ela mesma. A ideologia é um código que tem a função de integração da sociedade, pois fornece um padrão cultural para sua organização e o faz a partir das origens da própria sociedade. No caso brasileiro, a ideologia política do Estado Novo resgatou práticas autoritárias que fazem parte da tradição brasileira e atualizou-as com a incorporação de instrumentos modernos de propaganda e de educação, capazes de monumentalizá-las. As ideias e os princípios do Estado Novo não foram criados em 1937, mas foram incorporados ao discurso oficial e instrumentalizados pelo poder.

Assim, o que sobrevive do passado é uma escolha deliberada pelas forças capazes de operar nos campos do poder, para perpetuar a memória coletiva, segundo Le Goff (2013). Em outras palavras, é a ação humana que determina a presença ou a ausência dos documentos nos arquivos, nas bibliotecas, nas repartições públicas, nas cortes, nas paróquias, nas associações etc. A memória coletiva e a história estão refletidas, ambas, nos documentos e nos monumentos. A memória nacional coletiva, por sua vez, é um tipo específico de memória coletiva que se refere à forma como uma nação constrói, seleciona e transmite suas narrativas sobre o passado, criando uma identidade comum e legitimando seu projeto político e cultural. Para Halbwachs (1950), toda memória é socialmente enquadrada, incluindo a memória nacional. Isso significa dizer, em consonância com Halbwachs (1950) e Le Goff (2013), que a construção e o enquadramento da memória nacional coletiva são frutos de um trabalho empenhado pelas estruturas de poder dos governos Vargas, capazes de dominar as narrativas e fazer prevalecer e perpetuar ideias e visões sobre o passado remoto e recente.

Nesse sentido, o governo Vargas tinha forte preocupação com o registro e a divulgação de suas ações na construção de seu legado. No livro organizado por Simon

Schwartzman, em 1983, *Estado Novo: um autorretrato*, que agrupou os textos que deveriam compor uma espécie de inventário de governo, de 1930 a 1945, são abordados todos os temas relacionados ao governo, como ordem e segurança, finanças públicas, produção agropecuária, indústria extrativa e produção industrial, além da racionalização do serviço público, da política exterior e das leis do trabalho. Embora tal obra nunca tenha sido publicada, o arquivo contém a maior parte dos manuscritos, versões preliminares e capítulos acabados que deveriam compô-la.

A revisão da história, segundo os parâmetros estabelecidos pelo Estado Novo, marcou a construção da memória oficial e, nesse caso, da memória coletiva, considerando o fato de que o regime autoritário instaurado em 1937 não dava espaço para outras versões, visões e críticas de qualquer ordem. A repressão e a censura tiveram papel central no esquema de ascendência da história oficial, moldando o enquadramento da memória sobre o passado e o presente. Os autores historiadores, afirmou Gomes (1996), foram os homens das letras que, envolvidos e comprometidos com seus pares e preocupados com os problemas pátrios, realizaram uma profunda revisão e re colocação da história do Brasil no contexto nacional. Assim, a versão da história do Brasil contada pelo regime privilegiou os aspectos autoritário e centralizador e denunciou o fracasso da experiência liberal da Primeira República.

Ao analisar o suplemento do jornal *A Manhã* e a revista *Cultura Política*, Gomes (1996) afirmou que ambas comprovaram o empenho do Estado com a ressurreição do passado — também manifesto nos subsídios às regionais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) — por meio de uma política de publicações que garantia a difusão do conhecimento. Também deram ênfase à tradição de luta de uma “raça mestiça” boa, pacífica, democrática e republicana, para a qual uma igualdade “despolitizada” poderia ser alcançada por meio de uma democracia social, não política. Era uma história na qual a glória da elite heroica culminava na unidade da pátria. Para a pesquisadora, foram esses apelos materiais que fizeram com que a participação e colaboração dos intelectuais no aparelho do Estado fossem concretas e autênticas.

A análise do trabalho de enquadramento e de sua produção material é a chave para estudar como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas. Para Pollak (1989), as memórias coletivas que passaram por um trabalho de enquadramento são fundamentais para a perenidade tanto do tecido social quanto das estruturas institucionais de uma sociedade — ainda que não sejam o único fator aglutinador. O trabalho de

enquadramento da memória coletiva realizado pelos governos Vargas, em especial durante a ditadura do Estado Novo, com o controle dos meios de comunicação de massa e o projeto de propaganda centralizada na estrutura burocrática estatal, assumiu dimensões até então inéditas.

Os instrumentos de propaganda, como o *Cine Jornal Brasileiro*, filme de propaganda do Estado Novo produzido pelo DIP, apresentavam imagens que falavam de um Brasil moderno, de um país que queria e buscava ativamente a modernidade. As ferramentas principais eram um Estado forte, com poder centralizado no Presidente, e um cidadão que cooperava — o qual, assim como o Estado, tinha atributos físicos bem definidos: forte, com músculos prontos à ação em favor da pátria. A noção de modernidade estava ligada à burocratização: o Estado passou por um processo de hierarquização, com a criação de departamentos, órgãos e setores, e a contratação de pessoal técnico por meio de concursos públicos (Draibe, 2004). O discurso do governo era de que a visão técnica e sua burocracia eram mais relevantes que a visão política. Essa última adquiriu caráter negativo — evidência disso foi a criação e a importância dada aos conselhos técnicos em muitos órgãos públicos, alguns com caráter consultivo, outros, deliberativo, como destacado por Eli Diniz (1999).

As mudanças de natureza político-institucional — as mais relevantes do período varguista, segundo Diniz (1999) — atingiram não só a estrutura do Estado, mas também as relações entre Estado e sociedade. A burocratização do Estado é representativa dessa mudança institucional, com a definição de uma estrutura hierarquizada e a criação de vários órgãos e conselhos técnicos. O excesso de burocratização pode ser visto como fruto da superação da política pela técnica, um dos grandes legados dos governos Vargas, ainda muito forte na década de 1980, segundo Schwartzman (1983).

A difusão da ideia de que existia uma incompatibilidade entre a “racionalidade” da administração e a “irracionalidade” da política teve como principal responsável o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1938 e antecedido pelo Conselho Federal de Serviços Públicos de 1936. Assim, a organização do Estado e das relações sociais aos moldes corporativistas é característica fundamental da monumentalização da Era Vargas. Para Diniz (1999, p.30), a “herança de Vargas na esfera institucional revelou alta capacidade de sobrevivência”, observando-se um considerável grau de enraizamento social.

A pesquisadora Ângela de Castro Gomes (2012) argumentou que o legado da Era Vargas também poderia ser apreendido a partir da percepção de que o processo de construção da memória nacional reteve mais pontos positivos do que negativos. Destaca ainda que a memória nacional em relação à experiência da ditadura militar instaurada em 1964 — cuja memória política foi consolidada a partir da década de 1980 — é expressa em forma de condenação em bloco e de separação entre sociedade civil e Estado ditatorial e militar, apagando o suporte social que o regime recebeu, especialmente nos primeiros anos. Ao mesmo tempo, afirma a autora, os êxitos econômicos, como os alcançados com o “milagre econômico”, foram, de certa forma, esquecidos — e foram fortalecidas as imagens de fracasso, corrupção e violência.

A partir dessas observações, percebem-se, então, processos distintos de enquadramento da memória — no sentido definido por Pollak (1989) — em relação à Era Vargas e à ditadura militar, embora ambos os períodos tenham colaborado para o desenrolar do pensamento autoritário no Brasil.

Gomes (2012) aponta que, indiscutivelmente, a comoção nacional gerada pelo suicídio de Vargas contribuiu para que a memória do período de seus governos seja marcadamente positiva. Contudo, essas razões são mais complexas e estão ligadas a um esforço sistemático e sofisticado de propaganda, associado a políticas sociais e culturais construídas no marco do pensamento autoritário dos anos 1920–1940, que encontraram condições favoráveis nos campos político e intelectual, nacional e internacional. Segundo a pesquisadora, isso foi possível graças às configurações práticas dos governos pós-1930 — ou seja, à adoção de um tipo de democracia antiliberal, a democracia autoritária — que conjugava centralização do poder e um chefe de Estado carismático, e à busca de um Estado nacional moderno com intervencionismo econômico e social, burocracia impessoal e técnica, e corporativismo como forma de representação política.

Entendemos que os monumentos construídos pelo regime estadonovista constituíram-se em legado para os períodos subsequentes, e essa construção se deu a partir da ação deliberada do poder autoritário da ditadura instaurada em 1937, no arcabouço do trabalho de enquadramento da memória coletiva. As leis, as instituições, as obras, os prédios e a forma de organização do Estado foram realizações que transformaram radicalmente as relações entre a sociedade e o Estado — e deixaram, intencionalmente, marcas profundas para as gerações seguintes.

CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO “BRASIL POTÊNCIA INDUSTRIAL”: INTERVENÇÃO ESTATAL E PROPAGANDA POLÍTICA

A primeira reportagem de um *Cine Jornal Brasileiro* (1943, n.187, v.2) destaca o avanço da industrialização no país. A locução enfatiza que:

Brasil Potência Industrial: Prossegue, em ritmo acelerado, a construção da Fábrica Nacional de Motores. [...] vencendo as rotas perigosas do Atlântico, [os EUA] cumprem a sua promessa quanto ao maquinismo indispensável a mais esse empreendimento do Estado Nacional.

Essa é a primeira reportagem de um *Cine Jornal Brasileiro* de 1943. As imagens mostram o desembarque, no porto do Rio, do material destinado à Fábrica Nacional de Motores. Em seguida, a câmera apresenta o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, Antônio José Coelho dos Reis, em visita à obra, enquanto a locução anuncia que aquela seria “a mais moderna das organizações industriais brasileiras”. São exibidas imagens aéreas do complexo industrial onde seria instalada a fábrica, bem como do hotel destinado à hospedagem dos engenheiros responsáveis pelas obras, cuja grandeza é destacada pela narração. A reportagem se encerra com cenas dos trabalhadores no refeitório, sobre as quais a locução enfatiza a grande preocupação com a alimentação dos operários.

A informação de que o empreendimento estava sendo realizado com maquinário vindo dos EUA, apesar do contexto mundial, expõe um traço marcante da propaganda política estadonovista após a adesão do Brasil às forças Aliadas na Segunda Guerra: a aproximação com os EUA. Contudo, para além desse atributo, a referida reportagem também apresenta outros elementos fundadores da propaganda industrializante do Estado Novo: coloca o Brasil como potência industrial; destaca que aquela era uma empreitada do Estado Nacional; evoca o moderno como valor ligado à indústria — principalmente à indústria estatal; envolve o DIP na ação, por ser o grande articulador da propaganda do governo; e vincula a industrialização ao trabalho e ao trabalhador.

Chama a atenção, nessa peça de propaganda, a imagem que é construída a partir do seu título: “Brasil Potência Industrial”. As imagens apresentam a grandiosidade do empreendimento industrial, representativo da industrialização do país realizada pelo Estado Novo. Entretanto, o Brasil ocupava um lugar periférico no sistema capitalista mundial, dependente de tecnologia importada e tardio no que se refere ao desenvolvimento de suas

forças capitalistas, especialmente as ligadas ao setor industrial, ao mercado de trabalho assalariado e ao mercado consumidor interno. A construção à qual nos referimos é obra do trabalho cuidadoso de enquadramento da memória por meio da propaganda política executada pelo seu agente principal: o intelectual-burocrata², o qual, inserido na máquina de propaganda, organizava, selecionava e disseminava o que deveria ser transmitido ao público.

Nos anos 1930, a propaganda política no Brasil alcançou um novo patamar com a utilização dos meios de comunicação já estabelecidos e a introdução de novas tecnologias de comunicação de massa. O governo incorporou várias empresas privadas de comunicação. As incorporações foram instituídas pelo Decreto-Lei nº 2.073, de 8 de março de 1940, com a criação da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União.

A Rádio Nacional, criada em 1936, foi encampada pelo governo em 1940. Em março do mesmo ano, o jornal *O Estado de São Paulo* sofreu intervenção, teve sua diretoria destituída e passou para a órbita do Governo Federal, sob a chefia de Abner Mourão. No mesmo ano, também foi incorporado o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, cuja direção esteve ocupada por tropas desde a Revolução de 1930. Entre os periódicos criados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda estão o jornal *A Manhã*, diário matutino lançado em 9 de agosto de 1941, no Rio de Janeiro, sob direção de Cassiano Ricardo³, e a revista *Cultura Política*, criada em março de 1941, dirigida por Almir de Andrade.

Nas suas páginas, a revista *Cultura Política* (1944, n.39, v.4, p.37) publicou um trecho de “Um pensamento do Presidente”, da autoria de Vargas, trazendo conteúdos de propaganda do governo e aspectos do seu programa, como explicitado no trecho abaixo:

Se me perguntardes qual o programa do Estado Novo, eu vos direi que êsse programa é cortar o país de estradas de ferro, de estradas de rodagem, de vias aéreas; é incrementar a sua produção, amparar a sua lavoura e fomentar o crédito agrícola; é desenvolver a sua exportação; é aparelhar as suas forças armadas, para que elas estejam sempre prontas a encarar tôdas as eventualidades da Pátria; é organizar a opinião civil, para que ela seja, de corpo e alma, um só pensamento brasileiro.

²A expressão intelectual-burocrata refere-se àqueles intelectuais diretamente ligados à propaganda política e, paralelamente, à burocracia estatal. A expressão é introduzida por Silva (2022).

³ Sobre o jornal *A Manhã*, ver o site da Biblioteca Nacional Digital: *A Manhã* (Rio de Janeiro, 1941), disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-manha-rio-de-janeiro-1941/>; e sobre o jornal *A Noite* (Rio de Janeiro), ver: *A Noite* (Rio de Janeiro, 1911–1964), disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-noite/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

O texto é parte da *Cultura Política*, número 39, de abril de 1944. Nele está exposto o programa do Estado Novo, nas palavras do presidente Getúlio Vargas, o qual destaca a concretização da ideia de “um só pensamento brasileiro”, expressa no projeto de integração nacional por meio das obras rodoviárias e ferroviárias, da lavoura e da exportação, do aparelhamento das forças armadas e da organização da opinião civil. As imagens da transformação econômica, social e cultural durante o Estado Novo, compreendida a partir do processo de industrialização e modernização, estão materializadas na propaganda política. A promoção da industrialização como valor que representava o progresso e a modernidade está presente nos meios de comunicação oficiais do regime.

Da mesma forma, o *Cine Jornal Brasileiro* (CJB) de 1941 — quarto ano de produção dessa série de filmes de atualidades pelo governo Vargas e outro importante instrumento de propaganda política do Estado Novo — fazia a propaganda da industrialização do país como um feito emancipatório. Conforme CJB (1941, n.15, v.2):

Resolver o problema siderúrgico é encaminhar a solução de todos os problemas brasileiros. Nenhuma nação se emancipa economicamente sem produzir ferro e aço. Subscrevam ações da Companhia Siderúrgica Nacional.

A mensagem era acompanhada de música marcial, enquanto as imagens mostravam fornalhas de siderurgia, trabalhadores em seus ofícios nos fornos de alta temperatura, o ferro jorrando líquido, grandes galpões repletos de trabalhadores e imagens do ferro fundido. Essas imagens simbolizam a grandeza do projeto da siderurgia nacional, ao mesmo tempo em que a mensagem do letrado evoca o sentimento nacionalista, expresso nas palavras “nação” e “emancipa”, nas quais a siderurgia é apresentada como “a solução de todos os problemas brasileiros” (CJB, n.15, v.2, 1941).

A propaganda política era uma arma poderosa nas mãos de um governo que, fruto de um golpe de Estado, recorria às massas em busca de apoio e legitimidade. Ela cumpriu a missão programática do Estado Novo de “organizar a opinião civil” em “um só pensamento brasileiro”, como destacado no trecho da *Cultura Política* acima, e o fez por meio do enquadramento da memória nacional coletiva e da reescrita da história. Nesse sentido, a propaganda apresentou-se, já no início da década de 1930, como uma área de interesse estratégico do Estado.

Em 1931, foi criado o primeiro órgão do governo encarregado desse setor, o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), que foi substituído, em julho de 1934, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC); depois, em 1938, pelo

Departamento Nacional de Propaganda (DNP); e, por fim, em dezembro de 1939, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), este diretamente subordinado à Presidência da República.

A criação do DIP representou uma nova fase para a propaganda política do Estado. Esse órgão centralizou a produção da propaganda governamental, abrangendo todos os ministérios e órgãos públicos, passou a controlar a distribuição da informação em todo o território nacional e incorporou novos e modernos instrumentos de comunicação de massa ao aparato estatal. Concebido já sob os auspícios do Estado Novo, o DIP foi um órgão de propaganda estatal mais organizado, maduro e abrangente que seus antecessores.

Nesse sentido, compreende-se a nova e moderna propaganda política, levada a cabo pelo governo do Estado Novo, como uma estrutura burocratizada, parte de uma nova organização racionalizada da administração pública, por um lado, e de uma nova política de propaganda, por outro — geradora de instrumentos regulatórios e de controle.

A burocratização da propaganda no pós-1937 teve impacto significativo na produção material da comunicação política, com a contratação de pessoal e o aumento contínuo das despesas destinadas ao DIP ao longo dos anos. Conforme dados das despesas da União por órgão, o DIP recebeu, em 1940 — seu primeiro ano de atuação — um orçamento quase três vezes maior que o de seu coirmão, o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP). Apresentou ainda despesa crescente ao longo dos anos, de modo que, em 1944, o valor destinado ao órgão havia mais que dobrado em relação a 1940 (Brasil, 1949). Isso reflete a prioridade dada à comunicação pública pelo governo Vargas. O aumento constante dos recursos destinados ao DIP evidencia a ênfase em promover uma narrativa de pujança econômica, por meio de diversos meios como filmes, revistas e material educativo.

A máquina propagandística estava, assim, montada nos moldes do Estado Novo: centralizada e autoritária. Tomou a forma de um constante enaltecimento do líder e de sua relação direta com as massas. No Brasil, essa máquina, alinhada às estratégias adotadas em outros países, comprometeu-se com a fundação de uma identidade nacional coletiva (Capelato, 1996, 2007), a qual deveria estar comprometida com o projeto do Estado Novo — como destacado no trecho da revista *Cultura Política* — e com a concretização do controle político, econômico, social, cultural e, sobretudo, das narrativas. Foram essas narrativas que construíram imagens e enquadraram memórias.

Nesse contexto, o uso da imagem teve um papel fundamental tanto na elaboração e consolidação das políticas do governo quanto na legitimação do regime estadonovista. Alcir Lenharo (1986), em *A sacralização da política*, mostrou que, nesse período, a sacralização dos símbolos emprestava força às imagens, como a associação da tríade pátria, bandeira e presidente à Santíssima Trindade. O *Cine Jornal Brasileiro* foi a representação do veículo de propaganda de vanguarda: noticiava os feitos do regime na construção da modernidade brasileira e representava o apogeu da monumentalização da memória da industrialização.

A imagem era instrumento de comunicação de massa, e o cinema, veículo de instrução das massas — o “livro de imagens luminosas”, segundo as palavras do Presidente Getúlio Vargas, em discurso proferido durante manifestação promovida por cinematografistas em 25 de junho de 1934 (Vargas, 1934). Em 1940, num Brasil com mais de 67% da população analfabeta⁴, o cinema ocupou lugar de destaque na estratégia de construção de uma propaganda política de massa e figurou entre as áreas da cultura em que o Estado mais esteve presente — produzindo, regulando e incentivando a produção privada.

Lia Calabre (2002, 2003), cujo tema de estudo é o rádio nas décadas de 1930 e 1940, seus primórdios e suas relações com o Estado, afirma, na mesma linha de Capelato (2007), que o cinema recebeu mais atenção do governo do que o rádio durante aquelas décadas.

A descrição abaixo, apresentada no CJB X-87, que exibiu a visita do Presidente Vargas a Minas Gerais, revela o resultado – o produto final da propaganda política – veiculado por um dos instrumentos eleitos pelo Estado Novo para a construção da narrativa oficial que perpetuou a memória do período.

O Presidente Vargas dá aos assuntos econômicos a proeminência que lhes pertence na ordem dos fatores da nova organização brasileira. A economia nacional é hoje um sistema orgânico, planejado, perfeitamente ajustado à nossa realidade, às características do nosso ambiente econômico tão diversificado e tão típico [...] de modo a proporcionar maiores lucros à nossa balança comercial⁵.

⁴ Conforme o Recenseamento Geral de 1940, a população total do Brasil era de 41.236.315 pessoas, das quais 32,24% sabiam ler e escrever; 67,26% eram analfabetas e 0,50% não declararam o nível de instrução (Brasil, 1950).

⁵ *Cine Jornal Brasileiro X-87*, conforme identificação de Maria Rita Galvão (1982). A cópia assistida desse cinejornal, assim como de alguns outros, não permitiu identificar a numeração, o volume e, portanto, o ano de produção. Adota-se, assim, a classificação constante em Galvão para este e para casos análogos.

A crônica especial “O Presidente Getúlio Vargas no Vale do Rio Doce” inicia com imagens do Rio Piracicaba, no município de Presidente Vargas⁶. Em seguida, a câmera do DIP registra a chegada do trem que traz Vargas e sua comitiva à estação ferroviária da cidade, com foco nas dezenas de populares presentes, à espera do Presidente.

O subtítulo da reportagem — “As cidades do interior mineiro acolhem o Chefe do Governo e sua comitiva com manifestações que traduzem a estima que lhe devota o povo de todas as regiões do paiz” — expressa o objetivo do DIP em evidenciar o apoio popular ao Governo e, principalmente, ao seu Chefe.

A multidão está presente em todas as imagens com Vargas, sua comitiva e outros políticos — entre eles, o governador de Minas Gerais, Benedito Valadares (governador-interventor de 1933 a 1945). A população aparece acompanhando-os pelas ruas, reunida nos discursos, entusiasmada com a presença de Getúlio Vargas.

A partir da descrição, é possível visualizar o clima festivo promovido pelos instrumentos de propaganda do regime, com recepções ao Presidente Vargas, divulgação das obras realizadas pelo Governo e demonstrações de vínculos com políticos locais — em uma clara tentativa de apresentar uma imagem de união e congregação nacionais.

O destaque dado aos temas econômicos remete à complementaridade entre economia e política, característica do Estado corporativista, incorporando a propaganda política como parte de um projeto de Estado interventor. Suas principais características eram a centralização, vinculada à nova organização estatal e à sua relação com a sociedade; a planificação econômica em nível nacional; e o autoritarismo como prática política.

Nesse sentido, os instrumentos de comunicação de massa faziam parte do escopo da intervenção estatal e eram acionados para projetar, no ideário coletivo, o Brasil industrial propagandeado pelo governo, por meio de uma narrativa que mobilizava elementos voltados ao enquadramento da memória nacional coletiva.

Nas palavras da locução do cinejornal CJB X-87: “a questão econômica abrange muito mais que o simples fenômeno de produzir; envolve problemas complexos, cada qual mais decisivo, e todos, em sua sequência lógica, vêm sendo resolvidos pelo governo nacional” (Galvão, 1982). A economia, organizada sob os moldes do Estado Nacional, significava conectar as características do país às suas necessidades. O Estado Nacional, na

⁶ O município de Presidente Vargas, no Estado de Minas Gerais, foi emancipado em 1938 e foi renomeado Nova Era em 1943.

visão da propaganda governamental, intervém com a precisão de quem sabe o que, quando e como precisa ser feito.

Essa concepção remete a outra questão fundamental do período: a recusa ao liberalismo. A memória econômica do pós-1930 está fortemente conectada à ideia de rejeição ao liberalismo, considerado inadequado e fracassado no Brasil. Era necessário abandonar as antigas práticas, associadas ao liberalismo e ao individualismo da Primeira República.

Em 4 de maio de 1931, com poucos meses de governo, Vargas afirmou, em discurso no Palácio do Catete, segundo D'Araújo (2011):

Creio azado o ensejo para o cancelamento de antigos códigos e elaboração de novos. A velha fórmula política, patrocinadora dos direitos do homem, parece estar decadente. Em vez do individualismo, sinônimo de excesso de liberdade, e do comunismo, nova modalidade de escravidão, deve prevalecer a coordenação perfeita de todas as iniciativas, circunscritas à órbita do Estado, e o reconhecimento das organizações de classe como colaboradoras da administração pública.

As palavras de Vargas expressavam a disposição de um grupo relevante no interior do governo instaurado após a Revolução de 1930, assim como de parte das classes dominantes, de circunscrever à órbita do Estado todas as iniciativas, buscando uma coordenação perfeita. A prática governamental, já nos primeiros anos, demonstrava essa disposição, concretizada em ações como a intervenção operacionalizada pela compra do excedente da produção de café e a criação, em maio de 1931, do Conselho Nacional do Café, no campo econômico; e, no campo sociocultural, pela publicação do decreto que tornava obrigatória a exibição do complemento nacional nas salas de cinema — exemplos claros da intervenção do Estado em diferentes esferas da vida nacional.

O significado e a abrangência da intervenção estatal ficaram ainda mais evidentes com o golpe de 1937, não apenas pelas ações mais contundentes — destacando-se as operadas no campo cultural, como a encampação de diversos meios de comunicação de massa (jornais de grande circulação, por exemplo) e a criação do DIP —, mas também, e principalmente, pela divulgação dessa intervenção por meio da propaganda política, que incluía a defesa da própria intervenção estatal.

Um bom exemplo disso foi a edição da revista *Cultura Política* de setembro de 1941, na qual, na seção “Textos e Documentos Históricos”, foi reproduzido um pequeno trecho do livro *A organização nacional*, de Alberto Torres (1914). Nesse trecho, o autor — referência influente para diversos intelectuais e ideólogos do regime estadonovista —

expõe sua discordância com o modelo liberal e critica a visão estreita sobre o papel do Estado. Nas palavras de Torres (1941, p.243):

Para os fies do individualismo [...] habituados, pelo falsíssimo critério do contraste entre noções extremas, a conceber o Estado e o indivíduo como entidades opostas, esses espíritos radicais são levados a crer que, resultando da ação conjunta dos indivíduos, o Estado representa uma função particular da sociedade, destinada a realizar certas faculdades limitadas, cujos poderes e cujo exercício são natural e forçosamente demarcados.

A intervenção do Estado não era um assunto propriamente novo; entretanto, a partir de 1937, a atuação estatal passou a ser alvo de forte propaganda política, criando narrativas que caracterizavam as ações estatais como profundas transformações. Tais narrativas geravam elementos que, mais tarde, construiriam a memória do Estado interventor como guia supremo da nacionalidade. No campo econômico, sua ação não apenas incentivava as produções existentes, mas também orientava a produção dos bens necessários ao consumo interno e ocupava espaço na atividade produtiva, confiando no aumento da abrangência do Estado como forma de superar os entraves ao desenvolvimento do país enquanto nação soberana.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESPECIFICIDADE DO CAPITALISMO BRASILEIRO

O projeto de ação e intervenção do Estado brasileiro na economia fez parte de um projeto maior de intervenção estatal em diversas áreas que afetavam a vida em sociedade. Foi a forma de organização do Estado, por meio de um modelo corporativista assimilado como prática da ação estatal, que ditou suas formas de intervenção na sociedade e na economia, estabelecendo novas relações entre o Estado, o empresariado e os trabalhadores.

No modelo de corporativismo, implantado no Brasil, havia um objetivo de controle social e outro de natureza econômica, uma vez que a organização dos trabalhadores em sindicatos atrelados ao Estado, ao mesmo tempo, organizava e controlava as forças sociais e fornecia mão de obra disciplinada para a produção privada.

Wilson Cano (2007), em *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, destaca que foi durante a década de 1920 que foram gestadas as precondições para a ruptura do padrão de acumulação de capital ocorrida entre 1929 e 1932. O autor afirma que essas mudanças ao longo dos anos 1920 envolveram os cenários econômico, político e social do país, visto que o sistema bancário se desenvolveu, a indústria se diversificou, novas e

importantes frações da classe dominante ampliaram seu alcance na estrutura de poder, e o Estado passou a ser mais pressionado por outros setores além do exportador.

Ademais, os movimentos sociais aumentaram sua atuação a partir da implantação de leis sociais voltadas ao trabalho. No caso da indústria, os paradoxos gerados pela dificuldade de importação durante os anos da Primeira Guerra – os quais, ao mesmo tempo em que incentivaram a produção interna de bens de consumo, restringiram a capacidade de investimentos – foram somados a outros fatores de ordem interna, retardando a implantação e expansão das indústrias mais complexas, como a química e a metalomecânica. Esses fatores internos poderiam ser resumidos na falta de conhecimento técnico e desenvolvimento tecnológico, riscos associados aos investimentos e reduzido potencial do mercado de consumo. Para Cano (2007), a década de 1920 é essencialmente de transição.

Em uma economia de base exportadora, com dominação do capital mercantil, a recuperação do preço do café no mercado internacional, no início dos anos 1920, reposicionou a questão da capacidade de importação. Tal fato incidiu sobre o setor industrial, expondo as contradições e dilemas da economia brasileira, visto que, por um lado, possibilitava a importação de máquinas e equipamentos necessários ao aumento da capacidade produtiva e, por outro, a importação de bens de consumo concorrentes com a produção nacional. Sobretudo, a característica mais importante desse sistema era o fato de a renda nacional ser dependente do setor exportador e, num cenário de autonomia dos estados, a riqueza acabava concentrada nos estados exportadores.

A especificidade do capitalismo na América Latina, e particularmente no Brasil, foi objeto de importantes estudos ao longo do século XX. Entre os pioneiros e mais relevantes, encontram-se os esforços teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que apontaram não apenas os pontos de diferenciação do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, como também destacaram uma distinta dinâmica de funcionamento.

A inserção da periferia na dinâmica do sistema capitalista foi considerada, dentro daquele corpo teórico, fadada ao fracasso, já que as naturezas dessa inserção impunham condições cada vez mais severas, expressas na deterioração dos termos de troca, ao ponto de sua insustentabilidade no longo prazo e da obstrução ao desenvolvimento das forças capitalistas. Daí o seu caráter periférico.

Como seria, então, realizar a Nação a partir da industrialização numa situação periférica, tardia e dependente? O processo de industrialização ocorrido entre os anos 1930 e 1940 sobreveio sob o jugo do capitalismo vigente no Brasil, e apesar dele. Essas características são demarcadas por João Manuel Cardoso de Mello (1982), no clássico *O Capitalismo Tardio*, no qual o autor analisa as especificidades do desenvolvimento capitalista antes de 1930 no Brasil a partir do processo histórico: a transição para o trabalho assalariado e o crescimento industrial dentro de uma economia de base exportadora com dominação do capital mercantil, não industrial.

A resposta brasileira aos entraves (queda das exportações de produtos primários, dificuldades de importação, falta de oferta de bens para o mercado interno, inclusive alimentos) e aos “incentivos” (aumento da produção interna de bens de consumo, diversificação da produção agrícola) advindos do contexto da Segunda Guerra Mundial só pôde se realizar com a forte intervenção do Estado na economia, na sociedade, na cultura e nas instituições.

CONCLUSÃO

Em 1937, com a instauração da ditadura do Estado Novo, Vargas pôde aprimorar os mecanismos de controle cultural e social por meio de instrumentos legais previstos na nova Carta Constitucional. Dentre outras disposições, a Constituição de 1937 instituía e legalizava a censura prévia de toda informação veiculada no território nacional e determinava que a imprensa passaria a ser encarada como assunto de Estado.

Longe da liberdade de expressão e sob a tutela absoluta do regime quanto à produção, circulação e difusão do conhecimento e da informação, a sociedade brasileira encontrava-se submersa em um estágio de total vigilância. Nessa perspectiva, o ideal de modernização do Brasil, que tinha na industrialização seu principal motor de ação, parecia legitimar todo e qualquer tipo de intervenção do Estado, os excessos da polícia e o controle dos meios de comunicação. A indústria — a nova indústria, moderna e pesada — transformou as estruturas da sociedade brasileira, sendo considerada a prova cabal de que, finalmente, o país havia entrado no seletivo grupo das nações modernas.

O impacto dessa profunda transformação econômica, social e intelectual ganhou destaque na construção da memória do período, tanto naquela forjada por adeptos do regime, no calor dos acontecimentos, quanto na que se constituiu tardiamente por

“herdeiros” políticos da Era Vargas. Em ambos os casos, a construção da memória do Estado Novo esteve, particularmente, vinculada aos inéditos progressos industriais.

A partir dos anos 1980, houve um aumento no número de estudos relacionados ao Estado Novo, impulsionado pela redemocratização do país, que gerou interesse e necessidade de compreender melhor o autoritarismo brasileiro, questionando o mito do país “cordial” e “pacífico”. Entretanto, saber onde termina a memória, construída e controlada pelo próprio Estado Novo, e onde começa a narrativa dos fatos — matéria-prima da história — ainda é um dos grandes desafios para os estudiosos. É fundamental traçar a linha tênue que separa uma análise histórica, metodologicamente testada, de um registro meramente memorialístico. Assim, a memória deve, antes de tudo, ser estudada; e a memória do Estado Novo precisa passar pela triagem analítica da pesquisa histórica.

Esses elementos levantam questões sobre a construção da memória coletiva e nos convidam a refletir sobre o potencial impacto dessas narrativas no entendimento público da história. O que se reflete nas respostas da nossa pesquisa pode ser resultado não apenas da vivência histórica, mas também de um projeto de enquadramento da memória que serve a interesses de poder. Embora esta análise não pretenda oferecer respostas definitivas, ela busca provocar uma reflexão crítica sobre como a memória é moldada e perpetuada na sociedade.

Ao pensar as relações entre passado e presente, a memória pode abrir novos caminhos para o estudo da história — ou seja, o debate em torno da memória pode trazer outros entendimentos a respeito do passado. A historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2006) afirma que a relação entre memória e história rompe com a visão determinista, que retira a liberdade dos homens e os coloca como atores da construção da própria identidade. Ao reequacionar as relações entre passado e presente, a memória reconhece que o passado é construído conforme as necessidades do presente, destacando, assim, os usos políticos do passado.

A intervenção do Estado pós-1930 na economia não era novidade, mas sua atuação nos aparelhos culturais, com o estabelecimento de um moderno programa de propaganda política, constituiu um elemento novo e teve forte impacto na memória coletiva. A memória e a história foram, assim, mobilizadas por meio da propaganda política e dos meios de comunicação de massa, com o objetivo de construir a imagem do Estado

Nacional moderno e do Chefe do Governo realizador, comprometido com a nação e atento às necessidades do povo.

A intervenção do Estado nas diversas áreas — economia, artes, ensino, intelectualidade — fez parte de um projeto que reuniu a ressignificação e a retomada do passado, a exaltação do presente e a construção do futuro, em formato de um legado e de uma memória grandiosa. Nas palavras de D’Araújo (2011, p.293-294):

O surto industrial só será lógico, entre nós, quando estivermos habilitados a fabricar, senão todas, a maior parte das máquinas que lhe são indispensáveis. Daí a necessidade de não continuarmos a adiar, imprevidentemente, a solução do problema siderúrgico. Não é só o nosso desenvolvimento industrial que o exige: é também a própria segurança nacional, que não deve ficar à mercê de estranhos, na constituição dos seus mais rudimentares elementos de defesa.

A narrativa, que posteriormente foi incorporada ao discurso estadonovista, da necessidade de “solução do problema siderúrgico”, já estava presente no programa da Aliança Liberal, conforme demonstra o trecho acima. Essa narrativa instrumentalizava o desenvolvimento da indústria e a constituição dos elementos “mais rudimentares” da defesa e segurança nacionais. O governo iniciou, assim, em 1930, a produção da memória da industrialização como principal eixo do Estado interventor — aquele que é, ao mesmo tempo, produto e produtor de narrativas que, ressignificadas, tornam-se memória.

A construção da memória do processo de industrialização conteve elementos de vontade política que seguiram, pode-se dizer, uma lógica interna de produção, expressa na propaganda estatal e evidenciada na sucessiva criação de departamentos de Estado encarregados, particularmente, da propaganda política, já a partir de 1931. Com a criação do DIP e ao longo dos seus anos de atuação, enquanto departamento com amplo espectro de ação e especializado na propaganda do Estado Novo, verificamos que o esforço do regime em produzir modos de vida, de comportamento e de relações — inclusive de produção — que seriam seguidos de norte a sul, de leste a oeste do país, era impresso nos meios de comunicação oficiais. Os produtos finais da propaganda política, como o *Cinejornal Brasileiro* (CJB) e a revista *Cultura Política*, foram o resultado desse esforço e uma força impetuosa na construção da memória nacional a partir de então.

Em *Cultura Política*, um dos aspectos mais relevantes da narrativa construída pela propaganda dizia respeito à ênfase na nova organização econômica do país, especialmente voltada, devido à conjuntura, ao esforço de guerra — o qual o regime convencionou chamar de “economia de guerra”. Numa visão panorâmica, os textos ali publicados, por

atenderem aos requisitos editoriais da revista, integraram o trabalho de enquadramento da memória. Os estudos historiográficos, sociológicos, culturais e econômicos produzidos no período circularam naquelas páginas e construíram uma memória, delegando à revista um papel importante na consolidação da memória oficial de uma época. O diretor da revista, Almir de Andrade, destacou a receptividade e credibilidade da publicação no Brasil e no exterior e afirmou, em texto no último número, que vários artigos ali publicados foram posteriormente republicados por instituições públicas e privadas como base de estudos e fonte de informação confiável. Destacou, ainda, o especial alcance da revista nos Estados Unidos, onde estaria disponível em mais de uma centena de bibliotecas universitárias.

Em relação ao CJB, a média mensal de produção variou de cinco a mais de dez filmes, o que remete à intensidade da captura de imagens necessárias à composição de tantos cinejornais. O DIP dispunha de equipes e equipamentos para essas captações e edições, e, como destacam alguns pesquisadores, reaproveitava determinadas imagens em mais de uma edição. É notável, portanto, a intensidade de produção do CJB durante todo o período do Estado Novo. A criação de imagens com conteúdos de interesse do governo foi uma prática constante, consistente e sistemática, comprovando sua relevância dentro do conjunto da política de propaganda do regime.

A frequência de produção daquele cinejornal indica a abundância de captação de imagens e o empenho do regime na elaboração de conteúdos com o objetivo de criar narrativas próprias. Esse quantitativo denota um aspecto simbólico dessa produção, na qual a imagem exerce papel fundamental na criação de símbolos — representando sínteses imagéticas que remetem a processos complexos de construção narrativa. Os exemplos mais evidentes são a bandeira nacional como elemento de unidade, o progresso como caminho irreversível e a figura de Getúlio Vargas como o benfeitor da nação. Além disso, esses filmes conectam-se e dialogam com sua época e com o que ocorria no mundo em termos de propaganda, uso do cinema e sua peculiar manifestação no caso brasileiro.

As imagens e narrativas construídas pela propaganda política do regime, submetidas ao autoritarismo do Estado Novo, passaram a ser monumentos — e esses monumentos constituíram os principais ingredientes do enquadramento da memória nacional coletiva. Assim, ao ouvir a voz do presidente no rádio, por exemplo, o consumidor daquela peça propagandística acessava uma imagem de referência, um monumento, uma memória — que lhe fora inculcada — à qual podia recorrer.

A atuação estatal foi resultado de um projeto maior, que incluía a integração econômica, a integração geográfica — com projetos grandiosos de ferrovias e rodovias — e a integração cultural e social, que implicava a revisão do passado e a construção do futuro por meio de um também grandioso programa de propaganda política estatal. O grupo que assumiu o governo após 1930 e se manteve no poder em 1937, embora heterogêneo, apresentava inclinações industrializantes⁷ e possuía um projeto de desenvolvimento fundado em novas bases, com forte incentivo e participação do Estado no setor industrial — embora, é preciso enfatizar, a atividade agropecuária não estivesse em oposição à industrial. A ação do Estado foi capaz de fomentar um mercado interno para os produtos nacionais e de unificar esse mercado tanto quanto possível. A integração econômica nacional foi resultado de políticas econômicas ativas, que colocaram o Estado no centro da economia brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Censo Demográfico**: População e Habitação. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Série Nacional, v.2. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, p.1. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. Serviço de Estatística Econômica e Financeira. **Quadros estatísticos**: Brasil, 1937-1946. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_consultar_acervo.php?p=31&c=p. Acesso em: 10 mar. 2025.

CALABRE, Lia. **No tempo do rádio**: radiodifusão e cotidiano no Brasil, 1923-1960. 2002. 277 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/handle/20.500.11997/643/Calabre%2c%20L.%20-%20O%20r%2c%20a%20l%20dio%20no%20Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CALABRE, Lia. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.31, 2003.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2007.

⁷ Sobre a intenção industrializante do governo instaurado em 1930, ver: FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, v.23, n.1, p.133-148, 2003.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: livro 2: tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.16, n.31-32, p.328-352, 1996.

CINE JORNAL BRASILEIRO (CJB). v.15, v.2. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), 1941.

CINE JORNAL BRASILEIRO (CJB). n.187, v.2. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), 1943.

CINE JORNAL BRASILEIRO (CJB). X-87. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), [s.d.]. Classificação conforme GALVÃO (1982).

D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. (Série Perfis Parlamentares, n.62).

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. *In*: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Getúlio Vargas**: uma memória em disputa. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, v.23, n.1, p.133-148, 2003.

GALVÃO, Maria Rita (Org.). **Cine Jornal Brasileiro, Departamento de Imprensa e Propaganda 1938-1946**. São Paulo: Fundação Cinemateca Brasileira/Imprensa Oficial do Estado, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *In*: BASTOS, Carlos; FONSECA, Maria Cristina (Orgs.). **A Era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores** – A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e mito Vargas: Calendário de 1940. *In*: ATAS ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papyrus, 1986.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PANDOLFI, Dulce (*Org.*). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

ROUSSO, Henry. Para una historia de la memoria colectiva: El post-Vichy. **Aletheia**, v.3, n.5, p.1-14, dez. 2012. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5463/pr.5463.pdf. Acesso em: 7 mar. 2025.

SILVA, Carla Fernanda da. **A construção da “Era Vargas”**: um estudo sobre os aspectos da industrialização na propaganda política de massa do Estado Novo. 2022. 431 f. Tese (Doutorado) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/7457>. Acesso em: 8 abr. 2025.

TORRES, Alberto. A formação brasileira e o desenvolvimento da economia nacional. **Cultura Política**, n.7, v.1, set. 1941.

VARGAS, Getúlio. **O cinema nacional elemento de aproximação dos habitantes do país** (discurso pronunciado na manifestação promovida pelos cinegrafistas, em 25 de junho de 1934). Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1934. p.188. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1934/04.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

VARGAS, Getúlio. Um pensamento do Presidente. **Cultura Política**, n.39, v.4, abr. 1944.

